

HABEAS CORPUS Nº 502.287 - SP (2019/0094423-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO GIRADE PARISE - SP272254
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PABLO HENRIQUE RIBEIRO BARBOZA (PRESO)

DECISÃO

No Processo n. 0001767-84.2018.8.26.0635, onde se apuravam os crimes de roubo majorado tentado e corrupção de menor, o Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da comarca de São Paulo/SP condenou **Pablo Henrique Ribeiro Barboza** à pena de 4 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 8 dias-multa.

A Terceira Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao recurso defensivo para reconhecer o concurso formal de crimes, reduzindo a pena para 4 anos, 3 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 8 dias-multa.

Sobreveio, então, o presente *habeas corpus*, em que se argumenta, em suma, que o regime inicial fechado teve como motivação tão-somente a gravidade abstrata do crime de roubo. Ou seja, a motivação foi feita com considerações vagas, genéricas, sendo inadequadas para justificar constitucionalmente o agravamento do regime inicial (fl. 6).

Requer-se, em caráter liminar, seja fixado o regime aberto ao paciente até o julgamento deste feito.

Consta do andamento processual na origem que o acórdão ora hostilizado transitou em julgado em 5/2/2019 para o Ministério Público e em 28/2/2019 para a Defensoria Pública.

É relatório.

Na hipótese, o alegado constrangimento não se apresenta com a nitidez imprimida na inicial. O Tribunal estadual ponderou ser o regime fechado o mais adequado, não apenas diante da gravidade dos crimes que lhe foram imputados, como

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

também pelo grande mal moral e psicológico causado à vítima, pois ameaçada de mal físico, pelos odiosos prejuízos causados, como a morte do adolescente e o acidente entre os ônibus, demonstrando, assim, comportamento antissocial, o que, por si só, justifica seja a ele aplicada uma reprimenda mais severa (fls. 34/35).

Conforme se observa, a instância de origem considerou as circunstâncias e consequências do crime na fixação do regime inicial de cumprimento da pena.

Com efeito, aplicável ao caso o entendimento segundo o qual se encontra *motivada a sujeição a regime mais gravoso quando alicerçado em elementos concretos, a despeito desses não terem sido empregados na fixação da pena-base, estabelecida no mínimo legal* (HC n. 372.427/MG, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 8/11/2016).

Indefiro o pedido liminar.

Ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator